

PROCESSO Nº 63223.001804/2021-64

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL**  
**Critério de Sustentabilidade - Perspectiva Sócio Ambiental**  
**(Emitir em papel timbrado da empresa)**

(Nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº /2022 e como condição para futura contratação da escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total aos veículos pertencentes ao Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro (CTMRJ) e a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), ao qual encontra-se como Órgão Participante, junto ao Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro, **DECLARA**, sob as penas da lei:

( ) Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- A Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- Os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

( ) Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- O inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- O Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- Os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- A Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
- O Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

( ) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e nas convenções OIT 29 e 105.

( ) Compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação no edital do referido certame licitatório conforme previsto no artigo 5º da IN/SLTI/MPOG 01/2010, respeitando as normas de proteção do meio ambiente do Decreto 7.746/12.

xxxx, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.  
(Representante Legal da Empresa)